****

**Publicado no D.O.C. São Paulo,194, Ano 66 Quarta-feira**

**06 de Outubro de 2021**

**GABINETE DO PREFEITO**

**RICARDO NUNES**

**LEIS**

**LEI Nº 17.650, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 108/21, DO VEREADOR**

**ALESSANDRO GUEDES – PT)**

Denomina Praça Elçon Pereira da Silva o logradouro público inominado no Distrito de Artur Alvim.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 9 de setembro de 2021, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominado Praça Elçon Pereira da Silva o logradouro inominado, com características de praça, espaço 3M do croqui 100.514, delimitado pelas vias Rua Brook Taylor e Rua Rebelo da Silva e pelos lotes particulares 51 e 48 da Quadra 162 do Setor 142, localizado no Distrito de Artur Alvim, Subprefeitura da Penha.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 5 de outubro de 2021.

**LEI Nº 17.651, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 137/12, DO VEREADOR**

**SENIVAL MOURA – PT)**

Denomina Praça Clemente Duarte dos Santos o logradouro público que especifica, situado no Distrito de Guaianases, Subprefeitura de Guaianases.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 9 de setembro de 2021, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominado Praça Clemente Duarte dos Santos o logradouro formado pelas áreas verdes 2, 3, 5, 6 e trecho da área verde da planta de loteamento AU 23/6698/18, remanescente da antiga Rua Furtado de Morais, delimitado pelas ruas Furtado de Morais, Raposo Fonseca, pela Travessa Esporte Clube 1º de Maio e por lotes particulares até a altura da Rua Flor de Manacá, localizado no Setor 136, Quadras 57 e 59, no Distrito de Guaianases, Subprefeitura de Guaianases.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 5 de outubro de 2021.

**LEI Nº 17.652, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 193/21, DO VEREADOR**

**ELISEU GABRIEL – PSB)**

Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana Municipal da Para diplomacia, a ser celebrada anualmente na quarta semana do mês de agosto, e dá outras providências.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 1º de setembro de 2021, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica inserido inciso ao art. 7º da Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a seguinte redação:

“Art. 7º ...........................................................................

.......................................................................................

- quarta semana de agosto: a Semana Municipal da Paradiplomacia.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 5 de outubro de 2021.

**LEI Nº 17.653, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 275/19, DO VEREADOR**

**GILBERTO NASCIMENTO – PSC)**

Altera a denominação do Viaduto dos Bandeirantes para Viaduto dos Bandeirantes

– Dr. Antonio Marcondes de Almeida, localizado nos Distritos de Moema e Campo Belo, nas Subprefeituras de Vila Mariana e Santo Amaro.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 9 de setembro de 2021, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterada a denominação do Viaduto dos Bandeirantes, codlog 31.955-4, para Viaduto dos Bandeirantes – Dr. Antonio Marcondes de Almeida, codlog 31.955-4, o logradouro que começa na Avenida Ibirapuera (Setor 41 – Quadras 221 e 239) e termina na Avenida Vereador José Diniz (Setor 86 – Quadras 51 e 68), sobre a Avenida dos Bandeirantes, localizado nos Distritos de Moema e Campo Belo, nas Subprefeituras de Vila Mariana e Santo Amaro.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 5 de outubro de 2021.

**LEI Nº 17.654, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 278/21, DA VEREADORA**

**SANDRA TADEU – DEMOCRATAS)**

Denomina Pç. Antônio Paulo Fernandes Domingues Jr o canteiro central da Avenida André Cavalcanti, delimitado pelas duas pistas da referida avenida e Rua Giovanni Legrenzi, situado entre as Quadras 47, 48 e 66 do Setor 141, no Distrito de Itaquera, Subprefeitura de Itaquera.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 9 de setembro de 2021, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominado Pç. Antônio Paulo Fernandes Domingues Jr o canteiro central da Avenida André Cavalcanti, delimitado pelas duas pistas da referida avenida e Rua Giovanni Legrenzi, situado entre as Quadras 47, 48 e 66 do Setor 141, no Distrito de Itaquera, Subprefeitura de Itaquera.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 5 de outubro de 2021.

**LEI Nº 17.655, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 318/18, DOS VEREADORES SÂMIA BOMFIM – PSOL, CELSO GIANNAZI – PSOL, ERIKA HILTON – PSOL, JULIANA CARDOSO – PT E LUANA ALVES – PSOL)**

Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana Municipal de Conscientização sobre Direitos das Gestantes, e dá outras providências.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 1º de setembro de 2021,

decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica inserido inciso ao art. 7º da Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a seguinte redação:

“Art. 7º ...........................................................................

.......................................................................................

- Semana do dia 15 de agosto: Semana Municipal de Conscientização sobre Direitos das Gestantes.” (NR) Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 5 de outubro de 2021.

**LEI Nº 17.656, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 348/19, DO VEREADOR**

**ARSELINO TATTO – PT)**

Denomina Rua Joaquim Nunes da Silva o logradouro público inominado situado na altura do nº 1801 da Avenida Henrique

Hessel, Parque Florestal, Subprefeitura de Parelheiros, São Paulo, SP.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 1º de setembro de 2021, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominado Rua Joaquim Nunes da Silva o logradouro público inominado situado na altura do nº 1801 da Avenida Henrique Hessel, Parque Florestal, Subprefeitura de Parelheiros, São Paulo, SP.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 5 de outubro de 2021.

**LEI Nº 17.657, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 425/18, DO VEREADOR**

**RINALDI DIGILIO – PSL)**

Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia Municipal da Doação de Alimentos, e dá outras providências.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 1º de setembro de 2021, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica inserido inciso ao art. 7º da Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a seguinte redação:

“Art. 7º ...........................................................................

.......................................................................................

- 17 de dezembro: o Dia Municipal da Doação de Alimentos, que tem o objetivo de mobilizar a sociedade a doar alimentos.” (NR) Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 5 de outubro de 2021.

**LEI Nº 17.658, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 462/20, DOS VEREADORES EDUARDO TUMA – PSDB E RINALDI DIGILIO – PSL)**

Denomina Praça Pablo Garcia Cantero o espaço livre que especifica, situado no Distrito de Vila Mariana, Subprefeitura de Vila Mariana.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 2 de setembro de 2021, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominado Praça Pablo Garcia Cantero o espaço livre delimitado pela Rua Sena Madureira (CODLOG 17.991-4), Rua Dra. Neyde Apparecida Sollitto, pela Rua Sena Madureira (CODLOG 34.994-1), pelo Largo Senador Raul Cardoso e por lotes particulares, localizado no Setor 36, Quadra 136, no Distrito de Vila Mariana, na Subprefeitura da Vila Mariana.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 5 de outubro de 2021.

**LEI Nº 17.659, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 479/20, DA VEREADORA**

**SANDRA TADEU – DEMOCRATAS)**

Denomina Praça Ranilso Lopes de Souza o logradouro público inominado localizado na confluência das ruas Rogério Bacon,

Felizardo Mendes e Bernardo de Lima, no Distrito de Vila Formosa, na Subprefeitura de Aricanduva/Formosa/Carrão, e dá outras providências.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 1º de setembro de 2021, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominado Praça Ranilso Lopes de Souza o canteiro central delimitado pelas duas pistas da Rua Felizardo Mendes, pela Rua Bernardo de Lima e pela Rua Rogério Bacon, localizado no Setor 303, entre as Quadras 43, 45 e 57, situado no Distrito de Vila Formosa, na Subprefeitura de Aricanduva/

Formosa/Carrão.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 5 de outubro de 2021.

**LEI Nº 17.660, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 498/18, DOS VEREADORES PROFESSOR TONINHO VESPOLI – PSOL, EDIR**

**SALES – PSD, ERIKA HILTON – PSOL, FABIO RIVA**

**– PSDB E RINALDI DIGILIO – PSL)**

Institui o uso da bengala branca e vermelha como meio adequado para identificar pessoas com surdo-cegueira na Cidade de São Paulo, e dá outras providências.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 1º de setembro de 2021, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído na Cidade de São Paulo o uso da bengala branca e vermelha, como instrumento auxiliar de orientação, apoio, mobilidade e de identificação de pessoas com surdo-cegueira.

Parágrafo único. A bengala branca e vermelha possuirá iguais características que a bengala branca em peso, longitude, empunhadura elástica, rebatibilidade, podendo ou não conter na última anilha uma luz de led, a qual facilitará na visão noturna.

Art. 2º Considera-se pessoa surdo-cega aquela que apresenta, concomitantemente, deficiência auditiva e visual em diferentes graus.

Art. 3º O Poder Executivo dará publicidade para conhecimento da população, em especial aos agentes públicos ou que desenvolvam serviços públicos, por instrumentos e mecanismos necessários à divulgação do uso da bengala branca e vermelha pelas pessoas com surdo-cegueira.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 5º Caberá ao Poder Executivo a regulamentação desta Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 5 de outubro de 2021.

**LEI Nº 17.661, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 555/18, DOS VEREADORES RUTE COSTA – PSDB, DR. SIDNEY CRUZ – SOLIDARIEDADE, EDIR SALES – PSD, ELY TERUEL – PODEMOS, FELIPE BECARI – PSD, SANDRA**

**TADEU – DEMOCRATAS E SONINHA FRANCINE – CIDADANIA)**

Institui no Município de São Paulo o Projeto Saber Direito, através de parcerias entre faculdades e universidades do ensino público e privado, para a realização de aulas expositivas sobre a Constituição Federal, direitos humanos, áreas de atuação do direito público e privado, aos alunos da rede pública municipal de ensino.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 1º de setembro de 2021, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei institui no Município de São Paulo o Projeto

Saber Direito, a ser implementado através de parcerias entre as faculdades e universidades do ensino público e privado e as escolas públicas municipais, com o objetivo de realização de aulas expositivas sobre a Constituição Federal, direitos humanos, áreas de atuação do direito público e privado aos alunos da rede pública municipal.

Art. 2º As palestras serão ministradas pelos alunos das faculdades e universidades de forma não onerosa, e serão computadas como atividades complementares, a critério da universidade.

§ 1º Será certificada a participação no Projeto pelos alunos como atividade voluntária pelas instituições participantes.

§ 2º Os alunos participantes apresentarão relatório de atividade para comprovação de sua participação no Projeto.

Art. 3º As palestras são destinadas aos alunos a partir do 1º ano do Ensino Médio, podendo ser adaptadas para pais e profissionais da área da educação.

Art. 4º As instituições parceiras disponibilizarão em seus calendários acadêmicos as datas e locais em que serão realizadas as palestras.

Art. 5º As atividades realizadas pelos alunos das instituições parceiras serão avaliadas por tutores da própria instituição.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 5 de outubro de 2021.

**LEI Nº 17.662, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 606/19, DO VEREADOR**

**GEORGE HATO – MDB)**

Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o evento Sem Barreiras – Festival de Acessibilidade e Artistas com Deficiência.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 1º de setembro de 2021, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica inserida alínea ao inciso CCXI do art. 7º da Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a seguinte redação:

“Art. 7º ...........................................................................

.......................................................................................

CCXI - segunda quinzena de setembro:

.......................................................................................

o evento Sem Barreiras – Festival de Acessibilidade e

Artistas com Deficiência.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 5 de outubro de 2021.

**LEI Nº 17.663, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 620/20, DOS VEREADORES EDUARDO TUMA – PSDB, ELI CORRÊA – DEMOCRATAS E RINALDI DIGILIO – PSL)**

Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para instituir o Maio Roxo para a Conscientização Municipal da Doença de Crohn e Retocolite Ulcerativa, e dá outras providências.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 1º de setembro de 2021, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica inserida alínea ao inciso LXXVIII do art. 7º da

Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a seguinte redação:

“Art. 7º ...........................................................................

.......................................................................................

LXXVIII - mês de maio:

....................................................................................... Maio Roxo, para a Conscientização Municipal da Doença de Crohn e Retocolite Ulcerativa (Doenças Inflamatórias Intestinais).” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 5 de outubro de 2021.

**LEI Nº 17.664, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 634/20, DOS VEREADORES DANIEL ANNENBERG – PSDB, EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – PT E PROFESSOR TONINHO VESPOLI – PSOL)**

Denomina Praça Amir Khair o logradouro inominado que especifica, situado no Distrito de Jardim São Luís.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 9 de setembro de 2021, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominado Praça Amir Khair parte do espaço livre 2 da planta de loteamento AU 15/0313/80, delimitado pelas travessas Dr. José N. de Almeida Prado e Professora Maria T. Prado de Mendonça, pela Rua Daniel Klein, viela sem denominação e lotes particulares, localizado no Setor 94, Quadra 123, situado no Distrito de Jardim São Luís, na Subprefeitura de M'Boi Mirim.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 5 de outubro de 2021.

**LEI Nº 17.665, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 635/20, DO VEREADOR**

**AURÉLIO NOMURA – PSDB)**

Denomina Archimedes Lombardi a sala de cinema da Biblioteca Municipal Roberto Santos, situada na Rua Cisplatina, 505,

Ipiranga.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 1º de setembro de 2021, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada Archimedes Lombardi a sala de cinema da Biblioteca Municipal Roberto Santos, situada na Rua Cisplatina, 505, Ipiranga.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 5 de outubro de 2021.

**LEI Nº 17.666, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 680/20, DOS VEREADORES ZÉ TURIN – REPUBLICANOS E RINALDI**

**DIGILIO – PSL)**

Denomina Praça Manoel Oliveira Santos o logradouro inominado localizado na confluência da Rua Antonio Alfredo Campos com a Avenida Presidente João Goulart, e dá outras providências.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 1º de setembro de 2021, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Passa a ser nominada Praça Manoel Oliveira Santos o logradouro inominado localizado na confluência da Rua Antonio Alfredo Campos com a Avenida Presidente João Goulart.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 5 de outubro de 2021.

**LEI Nº 17.667, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 690/20, DO VEREADOR**

**GILSON BARRETO – PSDB)**

Denomina Praça Angélica Andreza Maria Barbosa o logradouro público que especifica, situado no Distrito de São Mateus, Subprefeitura de São Mateus.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 1º de setembro de 2021, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominado Praça Angélica Andreza Maria Barbosa o logradouro público delimitado pelas ruas José Lagrange e José Cesar Amidano e por lote particular, localizado no Setor 154, Quadra 162, Distrito de São Mateus, na Subprefeitura de São Mateus.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 5 de outubro de 2021.

**LEI Nº 17.668, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 442/21, DA VEREADORA**

**SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – PSOL)**

Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia da Juventude Negra e Periférica, a ser realizado anualmente no dia 1º de dezembro, e dá outras providências.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 1º de setembro de 2021, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica acrescida alínea ao inciso CCLXXXIV do art. 7º da Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a seguinte redação:

“Art. 7º ...........................................................................

.......................................................................................

CCLXXXIV - 1º de dezembro:

.......................................................................................

o Dia da Juventude Negra e Periférica.” (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 5 de outubro de 2021.

**LEI Nº 17.669, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 812/19, DO VEREADOR**

**ELISEU GABRIEL – PSB)**

Denomina Praça Pinheiros da Mata Atlântica o logradouro público que especifica, localizado no Distrito de Pinheiros, Subprefeitura de Pinheiros.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 2 de setembro de 2021, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominado Praça Pinheiros da Mata Atlântica o espaço delimitado entre a Rua Pais Leme, Rua Butantã, rua sem denominação e pelo Largo dos Pinheiros, localizado no

Distrito de Pinheiros, Subprefeitura de Pinheiros.

Art. 2º As despesas decorrentes da implantação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 5 de outubro de 2021.

**LEI Nº 17.670, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 350/20, DOS VEREADORES ZÉ TURIN – REPUBLICANOS E RINALDI**

**DIGILIO – PSL)**

Denomina Praça Euclides Alves Vital o logradouro que especifica.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 9 de setembro de 2021, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominado Praça Euclides Alves Vital o espaço livre delimitado entre as duas pistas do leito da Rua Caiará, localizado no Setor 87, entre as Quadras 5, 7 e 255, situado no Distrito de Santo Amaro, na Subprefeitura de Santo Amaro.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 5 de outubro de 2021.

**RAZÕES DE VETO**

**PROJETO DE LEI Nº 444/20**

**OFÍCIO ATL SEI Nº 052917829**

**REF.: OFÍCIO SGP-23 N° 959/2021**

Senhor Presidente,

Por meio do Ofício acima referenciado, essa Presidência encaminhou à sanção cópia do Projeto de Lei nº 444/20, de autoria do Vereador Isac Felix, aprovado em sessão de 1º de setembro do corrente ano, que denomina Gerson Vasconcelos Novaes a travessa inominada, situada na Rua Nova do Tuparoquera, localizada no Jardim Novo Santo Amaro, Subprefeitura de M´Boi Mirim, e dá outras providências.

Sem embargo do mérito da iniciativa, a proposta não reúne condições de ser convertida em lei, na conformidade das razões a seguir explicitadas.

Consoante as informações fornecidas pelos Órgãos municipais competentes, o logradouro objeto da propositura não se encontra configurado nas plantas oficiais (CPCO, croqui patrimonial), não consta como público, não é oficial e tampouco possui número de cadlog.

Nessas condições, vejo-me na contingência de vetar a propositura, com fundamento no artigo 42, § 1º, da Lei Orgânica do Município de São Paulo, devolvendo o assunto ao reexame dessa Egrégia Casa Legislativa.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

RICARDO NUNES, Prefeito

Ao Excelentíssimo Senhor

MILTON LEITE

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

**RAZÕES DE VETO**

**PROJETO DE LEI Nº 473/18**

**OFÍCIO ATL SEI Nº 052917846**

**REF.: OFÍCIO SGP-23 Nº 968/2021**

Senhor Presidente,

Por meio do Ofício acima referenciado, essa Presidência encaminhou à sanção cópia do Projeto de Lei nº 473/18, de autoria do Vereador Professor Toninho Vespoli, aprovado em sessão de 1º de setembro do corrente ano, que declara o Samba de Rua da Treze como Patrimônio Cultural Imaterial da Cidade de São Paulo, e dá outras providências.

Sem embargo do mérito da iniciativa, a proposta não reúne condições de ser convertida em lei, na conformidade das razões a seguir explicitadas.

Consoante as informações fornecidas pelos Órgãos municipais competentes, toda declaração de patrimônio imaterial deverá seguir o devido procedimento fixado na Lei Municipal nº 14.406, de 21 de maio de 2007, devidamente regulamentada pela Resolução nº 07/CONPRESP/2016.

Assim, não é correta a declaração de patrimônio imaterial por lei ou decreto, uma vez que o ordenamento jurídico municipal disciplina o procedimento administrativo adequado para tanto.

Semelhante encaminhamento foi acolhido pelo Poder Executivo por diversas vezes, inclusive por ocasião do veto ao

Projeto de Lei nº 336/18, que, em seu artigo 2º, visava declarar o forró patrimônio cultural imaterial paulistano.

Nessas condições, vejo-me na contingência de vetar a propositura, com fundamento no artigo 42, § 1º, da Lei Orgânica do Município de São Paulo, devolvendo o assunto ao reexame dessa Egrégia Casa Legislativa.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

RICARDO NUNES, Prefeito

Ao Excelentíssimo Senhor

MILTON LEITE

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

**RAZÕES DE VETO**

**PROJETO DE LEI Nº 682/09**

**OFÍCIO ATL SEI Nº 052917869**

**REF.: OFÍCIO SGP-23 Nº 956/2021**

Senhor Presidente,

Por meio do ofício acima referenciado, essa Presidência encaminhou à sanção cópia do Projeto de Lei nº 682/09, de autoria do Vereador Claudio Fonseca, aprovado em sessão de 1º de setembro de 2021, que altera a denominação do Viaduto General Milton Tavares de Souza para Viaduto Poeta Luiz Gama, localizado no Distrito de Cangaíba.

Em que pese o meritório propósito, o projeto de lei em questão não tem condições de prosperar pelas razões a seguir expostas.

Inicialmente, destaco que a denominação do Viaduto em questão já foi alterada para Viaduto Domingos Franciulli Netto por meio da Lei 15.619, de 13 de julho de 2012.

Assim, e conforme informes instrutórios dos Órgãos competentes, a alteração pretendida não encontra fundamento nas hipóteses permissivas do artigo 5º da lei 14.454/07, alterada pela lei 15.717/2013.

Além disso, o nome sugerido constitui homonímia, o que também não é permitido por lei.

Evidenciadas, pois, as razões que me conduzem a vetar o projeto de lei, o que faço com fundamento no § 1º do artigo 42 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, devolvo o assunto ao reexame dessa Colenda Casa Legislativa.

Na oportunidade, renovo a essa Presidência protestos de apreço e consideração.

RICARDO NUNES, Prefeito

Ao Excelentíssimo Senhor

MILTON LEITE

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

**PORTARIAS**

**PORTARIA 1311, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021**

**PROCESSO SEI 6010.2021/0003162-5**

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo,

usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

EXONERAR

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

1. **ADEMIR DOS SANTOS OLIVEIRA**, RF 847.272.6, a pedido e a partir de 01/10/2021, cargo de Coordenador I, Ref. DAS-11, da Coordenação de Comunicação e Atendimento ao Público, do Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes, da Coordenadoria de Ensino Pesquisa e Cultura, da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, vaga 17547, constante das Leis 16.115/15, 16.974/18 e do Decreto 56.071/15.

2. **ROSANGELA SALETE GONÇALVES**, RF 586.019.9, do cargo de Supervisor Técnico III, Ref.DAS-13, da Supervisão de Gestão de Pessoas, da Coordenadoria de Administração e Finanças, da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, vaga 17567, constante das Leis 16.115/15, 16.974/18 e do Decreto 56.071/15.

3. **PLINIO BARBOSA BRONZERI**, RF 883.251.0, do cargo de Coordenador Técnico, Ref. DAS-12, da Coordenação de Biblioteca e Banco de Dados, do Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes, da Coordenadoria de Ensino Pesquisa e Cultura, da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, da

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, vaga 17557, constante das Leis 16.115/15, 16.974/18 e do Decreto 56.071/15.

4. **CELIA ALAS ROSSI**, RF 757.452.5, a pedido, do cargo de Supervisor Técnico II, Ref. DAS-12, da Supervisão de Intermediação Profissional - SIP, do Departamento de Mercado de Trabalho - DMT, da Coordenadoria do Trabalho - CT, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, vaga 13562, constante do Decreto 58.153/18 e das Leis 16.974/18 e 17.068/19.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

**TITULOS DE NOMEAÇÃO**

**TÍTULO DE NOMEAÇÃO 773, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021**

**PROCESSO SEI 6010.2021/0003162-5**

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

NOMEAR

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

1. **PEDRO LEON BRITO AGUILAR PERES**, RF 853.405.5, para exercer o cargo de Coordenador I, Ref.DAS-11, da Coordenação de Comunicação e Atendimento ao Público, do Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes, da Coordenadoria de Ensino Pesquisa e Cultura, da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, vaga 17547, constante das Leis 16.115/15, 16.974/18 e do Decreto 56.071/15.

2. **KATIA GUERRETTA DA SILVA**, RF 619.596.2, para exercer o cargo de Supervisor Técnico III, Ref.DAS-13, da Supervisão de

Gestão de Pessoas, da Coordenadoria de Administração e Finanças, da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico,

Trabalho e Turismo, vaga 17567, constante das Leis 16.115/15,

16.974/18 e do Decreto 56.071/15.

3. **PLINIO BARBOSA BRONZERI**, RF 883.251.0, para exercer o cargo de Coordenador II, Ref.DAS-13, do Centro de Formação

Cultural de Cidade Tiradentes, da Coordenadoria de Ensino,

Pesquisa e Cultura, da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, vaga 17536, constante das Leis 16.115/15, 16.974/18 e do Decreto 56.071/15.

4. **CELIA ALAS ROSSI**, RF 757.452.5, para exercer o cargo de Coordenador Técnico, Ref.DAS-12, da Coordenação de Biblioteca e Banco de Dados, do Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes, da Coordenadoria de Ensino Pesquisa e Cultura, da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, vaga 17557, constante das Leis 16.115/15, 16.974/18 e do Decreto 56.071/15.

5. **MARIELLEN SANTANA DE SOUZA**, RG 39.768.481-2-SSP/

SP, para exercer o cargo de Assessor Técnico I, Ref. DAS-11, da

Coordenação de Biblioteca e Banco de Dados, do Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes, da Coordenadoria de Ensino Pesquisa e Cultura, da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, vaga 17558, constante das Leis 16.115/15, 16.974/18 e do Decreto 56.071/15.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

**SECRETARIAS**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**DESPACHO DO SECRETÁRIO ADJUNTO**

**6064.2021/0001288-9**

I - No exercício das atribuições a mim conferidas por lei, diante dos elementos que instruem o presente, em especial a atualização da Apólice da empresa e em atendimento ao que determina o Art. 10, da Portaria n. 76/2019, **AUTORIZO** a **substituição** da garantia contratual oferecida em Caução

- Seguro Garantia Definitiva, seguradora BMG Seguros S/A, apólice de n. 017412020000107750010354, com vencimento em 25/08/2021, no valor de R$ 59.245,30 (cinquenta e nove mil duzentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos), por nova Garantia, pela **seguradora** PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS inscrita no CNPJ sob n. 61.198.164/0001-60, apólice n. 0775.34.2.478-7 no valor de R$ 59.245,30 (cinquenta e nove mil duzentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos), cuja vigência será de 26/08/2021 a 26/11/2021 ao Termo de Contrato n. 005/2019/SDTE, tratado no processo SEI n. 6064.2017/0000009-3 da **Empresa** **HS DE JESUS TRANSPORTE EIRELLI EPP**, inscrita no CNPJ sob n. 08.886.173/0001-60, em razão da prorrogação excepcional da vigência contratual por mais 30 (trinta) dias, vigorando até 22/09/2021, conforme Termo de Aditamento n. 10/2021.

**SERVIDORES PAG. 31**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**HORÁRIO AMAMENTAÇÃO - DEFERIDO**

Concedido de acordo com os artigos .1º e 2º do Decreto 45.323/04, fica autorizada a redução de 01(uma) hora de jornada de trabalho diário até que a criança venha completar 12 (doze) meses de idade



**EDITAIS PAG. 39**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**PROCESSO SEI N°: 8110.2021/0000618-2.**

**EDITAL Nº 20 /2021.**

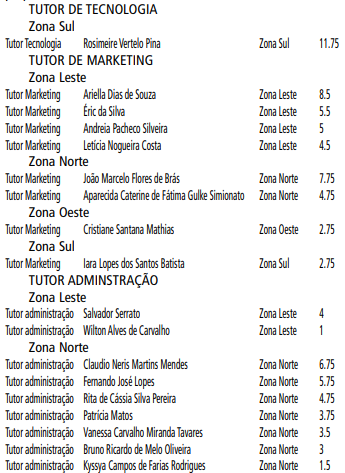
CREDENCIAMENTO E CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAR COMO TUTORES OU MENTORES, NO ÂMBITO DE CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.

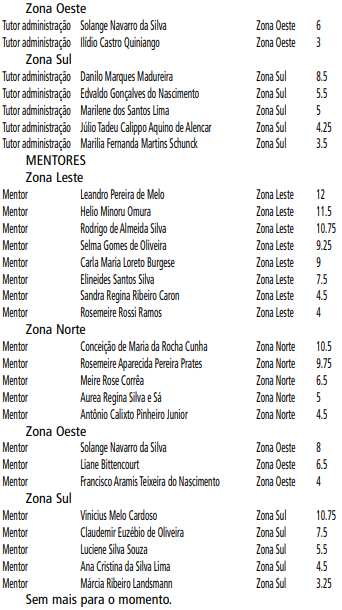
DESTINAÇÃO: EXCLUSIVA À PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS – OFICINEIROS (AS).

A Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, recebeu proposta para o Edital de Credenciamento n°20/2021 do dia 16 (dezesseis) de setembro ao dia 23 (vinte e três) de setembro, do presente ano, conforme ao item 2 do edital, com período de prorrogação até o dia 27 de setembro de 2021.

Nesse período, a Fundação Paulistana, recebeu 65 propostas de inscrição de 64 pessoas; sendo permitido a apresentação de documentos obrigatórios para mais de um cargo.

Desse modo, segue conforme a tabela abaixo, a classificação preliminar e pontuação dos candidatos que tiveram suas propostas deferidas:







**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA JUVENTUDE PAG. 40**

**1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2021**

Dia: 09/09/2021

Horário: 09h

Formato: Reunião online - Microsoft /teams

Presentes - Sociedade Civil:

Ana Beatriz Pedreira - Zona Sul, Plan International Brasil

(suplente)

Anderson Fabricio - Saúde e meio ambiente, MOPA- Marielle Franco (titular)

Beatris Silva - Inclusão Digital, UPES (suplente)

Bruno Liporaci - Movimento Estudantil, UEE SP (suplente)

Dayara Moreira - Zona Sul, Plan International Brasil (titular)

Eduarda Carolina - Zona Central, FML (titular)

Egle Maite Oliveira Lippi - Jovens Mulheres, JPT Sampa (suplente)

Gustavo Teles - Mobilidade e Direito à Cidade, Movimento Acredito (suplente)

Ingrid Guzeloto - Jovens Mulheres, JPT Sampa (titular)

Isabela Alexandre - Zona Norte, JPT (titular)

Isadora Falconi - Zona Oeste, ParaTodos (suplente)

Jéssica Lena - Diversidade Religiosa, Pastoral da Juventude

(titular)

Joyce Lima - Deficiência e Mobilidade Reduzida, Instituto Jô

Clemente (suplente)

Maria Isabela - Zona Leste, Trem cultural (suplente)

Mateus Miguel - Cultura e Arte, UJB (titular)

Mayra Polizel - Entidade de Apoio, CIEDS (suplente)

Mylenna Souza Lirio - Entidade de Apoio, CCCJ (titular)

Nicolly de Almeida - Diversidade Sexual, Família Stronger

(titular)

Pedro Vicente - Diversidade Religiosa, Pastoral da Juventude (Suplente)

Phelipe Nunes - Juventude Negra, Uneafro Brasil (titular)

Ronaldo Vinícius - Zona Leste, Trem cultural (titular)

Stephanie Felício - Juventude Negra, Uneafro Brasil (suplente)

Tayna Wíne - Movimento Estudantil, UEE-SP (titular)

Ugo Breyton - Zona Oeste, ParaTodos (titular)

Willian T. Viana - Trabalho e Renda, APEOESP (titular)

Poder Público:

Ana Maria Isidoro - CPM/SMDHC (titular)

Cleberson Pereira - CMSP (titular)

Cleia Maria Ferreira Lima - **SMDET** (suplente)

Felipe Pansano - SMSUB Oeste (titular)

Fernando de Oliveira- SEME (suplente)

Ramirez Torres - CPJ/SMDHC (titular)

Romã Meirelles - SVMA (titular)

Sergio Ferreira Lima - SIURB (titular)

Vittor Paglioriti - SME (titular)

Convidadas(os):

Vitória Borges - CPJ/SMDHC (estagiária)

1. A 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Juventude (CMDJ) teve sua primeira chamada às 09h35 e começou às 10h05.

2. A sessão foi iniciada pelo coordenador de políticas para a juventude, Ramirez Lopes, que agradeceu a todos pela presença na reunião e parabeniza a todas(os) pelo início do mandato.

3. Ramirez se apresentou e falou sobre o sistema de registro de presença, que funciona da seguinte forma: cada Conselheira(o) presente teria que colocar seu nome e cadeira no chat e assinar o formulário de ciência ao final da reunião. O aviso era repetido sempre que algum(a) novo(a) Conselheiro(a) entrava na sala de reunião.

4. Após a explicação do registro de presença, Ramirez pediu para que as(os) conselheiras(os) que se sentissem confortáveis a falar, se apresentassem com nome, entidade e cadeira.

Se apresentaram: Ana Julia, Anderson Fabrício, Beatris Garcia,

Eduarda Carolina, Gustavo Teles, Ingrid Guzeloto, Joyce Lima,

Cleberson Pereira, Mylenna Souza, Ana Beatriz, Phelipe Nunes,

Romã Meirelles, Ana Maria, Ronaldo Vinícius, Sergio Ferreira,

Stephanie Felício, Tayná Wine, Vitória Paula, Willian Viana, Guilherme Lamana, Guilherme Henrique e Mayra Polizel.

5. Após as apresentações, Ramirez deu início às apresentações da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania em relação à sua organização em coordenações, colocando as demais coordenações (além de CPJ) à disposição do Conselho já que a Secretaria trabalha de forma intersetorial.

6. Para que as(os) Conselheiras(os) se informassem melhor sobre a atuação e os trabalhos da SMDHC e da CPJ, Ramirez enviou no chat o link dos sites.

7. Ramirez passou então ao tópico da formação para as(os) conselheiras(os) organizada pelo Departamento de Educação em Direitos Humanos, reforçando que foi uma demanda criada pela última gestão do Conselho.

8. Ramirez seguiu com as informações sobre a formação esclarecendo que seria entre os dias 13 e 17/09 das 10h às 12h, explicando que a formação tem o objetivo de passar as legislações e a organização da Prefeitura que servirá como apoio às questões que queiram pautas durante as reuniões do Conselho.

9. Ainda sobre a formação, Ramirez reforçou a importância da aula sobre orçamento público já que o papel e mobilização do Conselho são indispensáveis na votação da LOA, que acontecerá em breve. Ramirez informou também que conversaria com o Departamento de Educação em Direitos Humanos para que gravassem as aulas para quem não pudesse assistir de forma síncrona, acessem depois.

10. Dando continuidade às pautas da reunião, Ramirez explicou como estão sendo feitas as atas da reunião nesse formato on-line e que a assinatura e pedidos de correção são feitas através de um formulário Google aberto pela CPJ. Também disse que todas as atas ficam disponíveis para consulta pública.

11. Ainda sobre as reuniões online, Ramirez informou que por enquanto as reuniões permanecerão assim por enquanto, mas que o Conselho poderá deliberar sobre isso futuramente, decidindo como será o novo formato das reuniões a depender do contexto pandêmico.

12. Ramirez passou a explicar que a legislação exige queo CMDJ aprove um Regimento Interno a cada nova gestão e sugestionou que as deliberações sobre o Regimento começassem a partir da próxima reunião, e que para isso, as(os) Conselheiras(os) devem consultar o Regimento regente. Ramirez também explicou que para a votação da Mesa Diretora acontecer, é preciso que o Regimento Interno seja aprovado.

13. Ingrid pediu que Ramirez enviasse o Regimento Interno vigente para que as(os) Conselheiras(os) tivessem tempo suficiente para analisar e Ana Júlia reforçou o pedido.

14. Ramirez se comprometeu a enviar a o Regimento o mais rápido possível e reforçou que durante a formação será feita uma discussão sobre Regimento Interno e que é importante que todos se esforcem para participar para que todos estejam alinhados para a discussão.

15. Passando para o próximo tópico da reunião, Ramirez informou que o ideal é que nos finais de cada reunião, as(os) Conselheiras(os) marquem a data da próxima reunião e que o Regimento Interno prevê reuniões mensais. Assim, Ramirez pede por sugestões de datas e horários.

16. Mônica disse que prefere uma reunião no horário noturno.

17. Eduarda concordou que no horário noturno ou no final da tarde seria o melhor horário porque muitos das(os) Conselheiras(os) trabalham.

18. Sérgio pediu a palavra para agradecer a presença de todas(os) e sugeriu que as reuniões acontecessem aos sábados.

19. Willian sugeriu aos sábados ou no horário noturno durante a semana para atender a todas(os) e recomenda que a

CPJ fizesse um formulário de consulta com sugestão de datas e horários para analisarmos a preferência da maioria e analisar a possibilidade de intercalar os horários.

20. Ramirez disse que o Regimento prevê reuniões alternadas entre dias de semana e finais de semana e que existe a possibilidade de assim se fazer, principalmente por estarmos no formato online.

21. Dayara concordou com a alternância de datas da reunião e sugeriu que o formulário fosse feito naquele mesmo dia com prazo de resposta para o dia seguinte.

22. Guilherme aconselhou que fosse usada a plataforma Doodle para coletar as datas e horários de disponibilidade de cada um das(os) Conselheiras(os).

23. Ramirez perguntou se as(os) Conselheiras(os) querem manter as reuniões para o próximo mês na primeira semana e os lembrou de que receberam dois formulários Google: o da assinatura e correção da ata e o de consulta de horários para a próxima reunião.

24. Todos concordaram em manter a reunião na primeira semana do mês.

25. Passando para a finalização da reunião, Ramirez disse que o intuito da presente reunião era fazer as primeiras apresentações com pautas rápidas e perguntou se havia alguma outra pauta urgente que queiram levantar.

26. Isabela perguntou como funcionaria as entregas dos crachás.

27. Ramirez respondeu que daria mais informações sobre os crachás no e-mail que enviaria a ata e explicou as(aos) demais Conselheiras(os) que é comum que nos Conselhos haja um crachá com nome e foto da(o) Conselheira(o) e o nome do

Conselho do qual ela(ele) faz parte. Explicou também que esse crachá é somente para os representantes da Sociedade Civil.

28. Ronaldo explicou que a entidade da qual faz parte quer promover eventos com a juventude de seu território e que para isso precisam usar equipamentos públicos. Então perguntou se precisariam de algum tipo de autorização da Secretaria por serem Conselheiros ou poderiam dialogar diretamente com o equipamento.

29. Ramirez explica que enquanto Secretaria, poderia reforçar o pedido, mas que eles são autônomos e podem fazer a solicitação de maneira independente.

30. Mylenna disse que se faz necessário discutir as realidades das juventudes para que o Conselho conseguisse de fato trazer mudanças para a vida desses jovens, para além de apenas expor as situações que eles vivem.

31. Ramirez respondeu que poderiam começar a organizar câmaras temáticas para começar discussões de temas específicos e promover atividades no Conselho para além das

Reuniões Ordinárias mensais. E lembrou que na última gestão, a organização de câmaras temáticas funcionou muito bem, de forma que as(os) Conselheiras(os) disponibilizavam mais de seu tempo para o Conselho.

32. Guilherme Lamana comentou no chat que é dessa forma que o Conselho Nacional funciona.

33. Ramirez reforçou o comentário de Guilherme e perguntou se havia mais alguma pauta que as(os) Conselheiras(os) gostariam de discutir.

34. Não houve pronunciamentos.

35. Ramirez encerrou a reunião parabenizando e agradecendo a presença de todas(os) e se pôs à disposição.

36. A reunião foi encerrada às 11h15.

\*Observação: A presença na reunião foi registrada através do envio de mensagem com o nome e cadeira por cada um(a) dos(as) Conselheiros(as) presentes. A reunião foi realizada pela plataforma Teams, em formato virtual.